

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XI - Nº 199 - 2ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 2000 - R\$ 1,00

**Abaixo a repressão burguesa aos sem-terra!
Em defesa das ocupações com resistência!
Liberdade aos presos políticos do MST!
Fim dos processos contra os lutadores!**

**Reunião dos presidentes da América do Sul comprova
a submissão das burguesias nativas ao imperialismo:
PELA FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA!!**

**A campanha eleitoral do PT é burguesa.
A campanha das esquerdas é eleitoreira.**

**MANIFESTO PELO
VOTO NULO
PROGRAMÁTICO**

**Pelo partido operário revolucionário
Pela Revolução Proletária
Pelo Governo Operário e Camponês**

**60 anos do assassinato de Leon Trotsky
EM DEFESA DO MARXISMO E DA REVOLUÇÃO**



Pelo voto nulo programático

Operários, camponeses, juventude e demais oprimidos estão sendo convocados pelos capitalistas a constituir um “novo governo” dos exploradores

As eleições são um momento da política burguesa em que os partidos (PSDB, PFL, PMDB, PDT, PSB, PTB etc) procuram atrair a atenção das massas oprimidas por meio de “projetos de mudanças”, “promessas de honestidade” e palavreados contra a fome, desemprego, analfabetismo, doenças, criminalidade etc. Pela regra da democracia patronal, aquele que tiver maior número de votos governará por mais um período. O que quer dizer que a maioria põe no poder um dos partidos, que frequentemente faz parte de uma coligação. Assim, cria-se a ilusão de que a eleição é a oportunidade que os explorados têm para colocar no poder político seus representantes.

Dizemos ilusões porque as massas não decidem absolutamente nada. São arrastadas pelos grandes partidos que têm por detrás de si o poder econômico da classe exploradora (classe capitalista). Os trabalhadores individualmente são convocados a depositarem seu voto em favor deste ou daquele partido que responde ao comando da classe burguesa. Muda-se o partido na direção do Estado e uma parcela dos politiquieiros, mas permanece o mesmo poder de opressão e de repressão sobre as massas trabalhadoras.

Qualquer que seja o partido conduzido para dirigir o Estado (federação, estados ou municípios) estará sendo eleito pelas massas para constituir um “novo governo” da classe capitalista contra a classe operária, os camponeses pobres e a classe média arruinada. Na verdade, esse “novo governo” dará continuidade ao velho governo de dominação política sobre a maioria, cujo objetivo estratégico é o de manter o sistema de exploração do trabalho, de acumulação de capital, de propriedade monopolista dos meios de produção e de miséria daqueles que produzem.

Ocorre que o capitalismo se esgotou historicamente como sistema de produção baseado na escravização assalariada. Encontra-se em desintegração mundial. Sobrevive em crises permanentes, cada vez mais agudas. O Brasil como país capitalista atrasado, no seu processo de desintegração econômico-social, tem suas feridas expostas. Quem suporta o seu apodrecimento são os trabalhadores. Quando são chamados a apoiar nas eleições um “novo governo”, estão sendo arrastados pela política burguesa a sustentar sua própria miséria nas terríveis condições de barbárie capitalista. Estão sendo chamados a não lutarem com suas próprias forças, pelas suas reivindicações e pelo seu próprio programa.

A burguesia mantém sua dominação com a condição dos explorados não terem organização própria e se manterem submissos aos partidos que comandam o Estado burguês, que de quando em quando disputam esse mesmo poder pelas eleições.

O fundamental das ilusões dos explorados nesses partidos está em que amortecem o choque da maioria contra a minoria exploradora e bloqueiam a tarefa da classe operária se elevar à condição de classe capaz de destruir o poder da burguesia pela revolução proletária.

A bandalheira dos politiquieiros

Os maiores ladrões e inimigos do povo são candidatos, que têm todos os meios para mentir, falsear e trapacear os trabalhadores, utilizando-se da situação de desemprego e todo tipo de tormento. Todos, de repente, tornam-se defensores dos pobres, desinteressados e voltados à administração limpa e transparente. Condenam as injustiças contra os oprimidos, as discriminações aos negros, mulheres, rogam a deus pelas crianças

de rua. Ao mesmo tempo, declamam da pena de morte aos direitos humanos. Clamam pela “cidadania” e pelos direitos dos “excluídos”.

Todos têm a solução para tudo, basta que o povo os eleja. Mas no dia seguinte da posse já estão roubando, conspirando com grupos capitalistas como melhor explorar, aumentar impostos sobre os assalariados, demitir funcionários, proteger os banqueiros, empreiteiros etc, cortar gastos da saúde, educação, moradia, transportes e afiando as armas da polícia contra os sem-terra, sem-teto e movimentos grevistas.

É por isso que, também no dia seguinte, os trabalhadores já se arrependeram de ter confiado nos politiquieiros. É comum se ouvir que “ todos são farinha do mesmo saco”. Nas próximas eleições, tudo se repete, sendo que uns acusam os outros de ladroagem, de violência policial, de piorar as condições de vida dos barridos pobres etc. E uma boa parcela da população novamente é iludida com a idéia de que agora tudo será diferente e que basta que se saiba escolher bem. Uma outra parcela se nega servir de instrumento da mentira e da bandalheira eleitoral.

Mas poucos chegam à compreensão de que as eleições são meios políticos de domínio da classe capitalista sobre a classe operária. Isso porque o proletariado carece de uma organização própria, ou seja, de um partido revolucionário que combata as ilusões eleitoreiras e ajude os explorados a elevarem sua consciência política no sentido de destruição do capitalismo pela revolução. Todo trabalhador consciente denuncia as quadrilheiras eleitoreiras, coloca-se pelos métodos de luta da classe operária, como as greves, ocupações, bloqueios, auto-defesa, e põe-se a construir o partido operário revolucionário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

O PT e seus aliados da frente popular fazem parte da farsa eleitoral

A oposição eleitoreira, encabeçada pelo PT, não se preocupa sequer em se distinguir da grande mentira organizada pela burguesia nas eleições. Usa o mesmo método das promessas para colher votos. Corre atrás dos empresários arrecadando fundos para orquestrar uma rica campanha de falsidades. Diz que o povo, com o PT no governo, decidirá sobre as prioridades do Estado (no caso a prefeitura). O tal do orçamento participativo permitiria destinar os recursos para resolver o desemprego, saúde, educação, segurança etc. Essa é mais uma fórmula para enganar os explorados com a idéia de que é possível ter um Estado voltado aos interesses populares. Repetimos: qualquer que seja o governo eleito terá de descarregar a crise capitalista sobre os ombros da maioria e proteger os interesses do grande capital.

O reformismo é uma variante da política burguesa de sustentação do capitalismo apodrecido. Comparece perante as massas como a face limpa do Estado burguês e com as mãos estendidas aos miseráveis. Trabalha para que os oprimidos acreditem que há dois capitalismos: um selvagem e outro humano. Segundo eles, votar bem significa transformar o selvagem em humano. Quanta mentira!

A verdade é que o capitalismo é um sistema de escravização da maioria à minoria exploradora. E nas condições de sua desintegração mundial já não é possível realizar nenhuma reforma significativa que favoreça a população trabalhadora. Os remendos propostos pelo PT não fazem senão fortalecer o domínio burguês nas condições de decomposição econômica e barbárie social.

A esquerda eleitoreira

Os partidos de esquerda legalizados (PSTU, PCO) procuram se diferenciar do reformismo, atacando o governo, os partidos burgueses e apresentando uma série de reivindicações dos explorados. A posição mais à esquerda chega a afirmar

que não se pode esperar que as eleições resolvam os problemas dos trabalhadores e que só um governo dos trabalhadores, apoiado em conselhos populares, dará soluções.

Para se compreender a adaptação eleitoreira da esquerda, é necessário verificar a política dessas correntes fora deste período eleitoral. Tanto PSTU quanto PCO têm feito campanha eleitoral em favor do PT, nas eleições presidenciais. Falsearam com a bandeira de "vote no PT, por um governo dos trabalhadores" ou "vote em Lula, por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo". Como se vê, o tal do governo dos trabalhadores constitui bandeira eleitoral. Mantém-se a ilusão na possibilidade de um governo das massas oprimidas por intermédio da democracia burguesa. Isso explica porque, nessas eleições municipais, não fazem campanha claramente de denúncia das eleições e em defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Não se colocam em defesa do método da insurreição armada das massas, da destruição do capitalismo e da construção do comunismo.

O partido que é revolucionário não esconde das massas os métodos da luta de classe e defesa do comunismo. Não deixa de combater as deformações e os preconceitos burgueses impostos aos cérebros dos oprimidos contra o comunismo. Isso porque não está a procura do voto, mas sim de utilizar das eleições como meio para explicar o programa e ajudar os trabalhadores a se livrarem da política burguesa. A defesa do comunismo, através do programa proletário e dos métodos da ação direta, é uma condição para o partido atuar nas eleições contra as ilusões democráticas, o eleitoralismo e o conjunto dos partidos da ordem capitalista.

As condições impõem o voto nulo programático

O Partido Operário Revolucionário (POR) não teve como atuar nas eleições com candidaturas, devido às condições impostas pelo Estado. Assim, convocamos os trabalhadores a anularem o voto em defesa do programa da revolução e dita-

dura proletárias, por suas reivindicações vitais e em defesa do método da ação direta.

O POR chama os operários, camponeses pobres e demais oprimidos a se colocarem sob a bandeira da **emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores**. O que quer dizer que não virá através das eleições, mas da revolução social, encabeçada pelo partido do proletariado.

Nossa estratégia é a da conquista de um governo operário e camponês, originário da derrocada da classe capitalista. A organização da aliança operária e camponesa para expropriar o grande capital industrial, comercial, financeiro e agrário é a tarefa de primeira grandeza colocada pela situação de desagregação do capitalismo. Somente um governo operário e camponês, saído da insurreição das massas, imporá a independência nacional do país frente ao imperialismo e resolverá os problemas democráticos pendentes, como a da entrega das terras aos camponeses, erradicação da miséria e de toda forma de discriminação social. A aliança operária e camponesa viabilizará uma frente única antiimperialista, como instrumento de organização das massas contra a opressão nacional e social.

A luta pelo salário e emprego, bem como dos direitos sociais, se choca com os pilares da exploração capitalista e com o Estado burguês. Os trabalhadores só se livrarão do flagelo do desemprego e da superexploração se usarem essas reivindicações para derrotar a burguesia e concretizar o programa socialista de expropriação econômica e política da classe capitalista.

É com esta posição que convocamos os trabalhadores a rechaçarem a podridão eleitoral, votarem nulo e se organizarem para a luta direta. A responderem: Não acreditamos em vovôs politiqueiros da burguesia, acreditamos em nossas próprias forças e com as greves defenderemos nossas vidas. Não precisamos de suas falsas promessas. Temos nosso próprio programa e saberemos acabar com o desemprego e a miséria lutando sob a estratégia da revolução proletária.

MST na mira da UDR

A região do Pontal do Paranapanema (SP) é uma das áreas de constantes conflitos entre os sem-terra e fazendeiros. Estes estão organizados em milícias, protegidos pela polícia e Justiça. O presidente da UDR, Almir Soriano, reivindica do governador Covas mais policiamento na região. Isso porque recebeu informações de que os camponeses ocuparão a fazenda Santa Ana ou outra fazenda próxima, perto das eleições municipais.

O acampamento do MST, próximo a essa fazenda, reúne 160 famílias. A juíza, para defender a fazendeira e, por ordem da UDR, determinou que o acampamento fosse deslocado 20 km de distância. A polícia militar organiza, juntamente com a juíza, a operação

de retirada dos sem-terra. A única negação foi a de manter um policiamento permanente no local. Porém, diz que os fazendeiros têm o direito (assegurado por lei) de proteger com armas suas propriedades.

Há um verdadeiro cerco ao MST na região do Pontal: polícia, Justiça, governo e milícias de capangas combatem a luta dos camponeses. As lideranças do MST aguardam um novo Corumbiara ou Eldorado de Carajás. Há quem acredite que só depois de uma chacina é que o governo desarmará os fazendeiros. De fato, os fazendeiros preparam as condições políticas e militares para justificar uma possível mortandade. Mas o que não é certo é que o governo desarmará os fazendei-

ros depois da tragédia. Os burgueses estão protegidos pela lei da propriedade privada, que permite aos proprietários a defenderem com armas.

Os trabalhadores e seus filhos podem perder suas terras para os grandes grupos econômicos, ficar desempregados, perambular de um lugar para outro e, inclusive, morrer de fome sem que tenham o direito de ocupar as terras e se auto-defender. A defesa do MST do Pontal só pode ser feita com um movimento generalizado das massas oprimidas, sob a aliança operária e camponesa, que criará condições para impor o direito de defender a vida com armas nas mãos contra as armas dos latifundiários e do governo.

Aumenta a concentração de terra e reduz a produtividade

Os dados apresentados resultaram da pesquisa feita pelo agrônomo Gerson Teixeira, que comparou as estatísticas cadastrais do Incra, no período de 1992 a 1998. Tais dados apontam duas conclusões: 1) que houve aumento concentração da propriedade fundiária; 2) A taxa de ociosidade das terras cresceu.

A concentração das grandes propriedades (acima de 2000 hectares - um hectare possui 10 mil metros quadrados) aumentou 56,2 milhões de hectares. Ou seja, em 1992, as propriedades com mais de 2 mil hectares eram de 39% e, em 1998, passou para 43%. Por outro lado, a produtividade das propriedades rurais caiu. O que quer dizer que nesse período a taxa de "ociosidade" das terras aumentou 37%.

Como se vê, no governo FHC agravou os problema fundiário. A demagogia governamental em torno da distribuição de terra para os assentamentos em nada tocou na ten-

dência geral de ampliar a concentração fundiária. Não é por acaso que, de um lado o pequeno e médio proprietário se encontra esmagado e, de outro, o fenômeno social dos sem-terra manifesta-se com maior intensidade.

Os dados sobre o aumento da extensão latifundiária e da ociosidade vêm demonstrar que o capitalismo atrasado (semicolonial) não pode resolver a tarefa democrática da reforma agrária e potencializar a agricultura. Aqueles que apregoam uma transformação no campo no interior do capitalismo e por intermédio do Estado burguês desconsideram esse condicionamento histórico. A tese de desconcentrar a propriedade latifundiária e assentar milhões de camponeses, que conviveriam com a estrutura latifundiária reduzida mas não liquidada, está em contradição com a tendência do capitalismo em modernizar uma fração da grande propriedade, manter no atraso uma

outra fração e na mais completa improdutividade uma outra enorme parcela.

A pesquisa do agrônomo Gerson não faz senão constatar uma realidade conhecida. Utilizá-la em favor da tese da desconcentração distributiva pela própria burguesia, sob a pressão do movimento camponês, conduz a um erro estratégico. Ao contrário, é necessário admitir que somente a expropriação generalizada das terras latifundiárias permitirá as transformações democráticas no campo. O que quer dizer pôr em marcha uma revolução agrária. Uma obra realizável tão somente por um governo operário e camponês, originário da revolução proletária. Operários e camponeses unidos numa aliança de oprimidos constituirão uma força revolucionária capaz de tomar o poder do Estado e destituir a classe burguesa do comando da economia.

MST:

O Júri foi montado para condenar os sem-terra de Corumbiara

O julgamento da chacina de Corumbiara, ocorrida em 1995, terminou absolvendo a oficialidade e alguns soldados da tropa, responsáveis pela invasão do acampamento e dos assassinatos dos camponeses. Serviu unicamente para condenar os líderes do movimento, Cícero Pereira Leite e Claudemir Gilberto Ramos, com 8 anos e meio e seis anos, respectivamente.

O Tribunal burguês montou os processos e o júri com o objetivo de absolver o tenente-coronel, José Pereira Ventura. Este era acusado de morte do sem-terra Sérgio Rodrigues Gomes que, após a prisão, foi retirado de dentro da base militar por pistoleiros. Depois de alguns dias, foi encontrado o corpo baleado do sem-terra. Na verdade, o julgamento era para eliminar a responsabilidade do tenente-coronel e do fazendeiro Antenor Duarte, que mandou os seus pistoleiros executarem o sem-terra. Por sua vez, o tenente, diante da exe-

cução, foi obrigado a incriminar o major Vitório Régis Mena Mendes, que facilitou a entrada dos pistoleiros. E este atribuiu a morte do sem-terra ao tenente Ventura.

Está aí o jogo de empurra-empurra. Certamente, o major Vitório (condenado a 19 anos) não cumprirá a pena. Isso é comum na justiça burguesa. Pune para não ser tão escandalosa a fraude do Júri, mas logo mais todos estarão livres para continuar a repressão. Os únicos que foram punidos são os sem-terra.

Mais uma vez é preciso repisar que o crime em Corumbiara foi um crime dos exploradores contra os explorados. E que o julgamento, por sua vez, não passou de extensão jurídica do genocídio contra os camponeses. A classe operária e todos os oprimidos devem rechaçar o julgamento burguês, que livra os genocidas e condena as vítimas. É necessário ainda alertar que esse ataque aos trabalhadores agrários não é um fato isolado. Antes

dele, a história da luta camponesa pela terra está marcada por centenas de mortes, e depois de Corumbiara foi a vez de Eldorado dos Carajás, e depois dessa nova chacina muitas outras mortes ocorreram sobre as armas da burguesia.

Os capitalistas não têm outra solução para defender a propriedade latifundiária e manter milhões de camponeses na miséria senão por intermédio da violência reacionária. Não se trata de lamentar os mortos, como fazem os hipócritas dos direitos humanos que querem uma justiça burguesa honesta e transparente, mas sim tirar as lições para organizar os trabalhadores num movimento revolucionário, que implica na constituição da auto-defesa armada, da formação de comitês operários e camponeses, na aliança entre os operários e camponeses e na defesa do programa de expropriação do grande capital.

Os dados do Ministro Raul Jungmann

O Ministro do Desenvolvimento Agrário informou que as ocupações de terras e o número de mortes no campo foram reduzidos. Especifica "que as invasões caíram de 322 de janeiro a agosto de 1999 para 189 no mesmo período desse ano". Segundo o Ministro, esse feito se deve à distribuição de "mais 16 milhões de hectares" aos sem-terra. Completa sua apologia com o dado de que, hoje, as reivindicações se concentram mais nos pedidos de créditos e melhorias de

infra-estrutura. Deixa a impressão de que a luta pela terra já não tem tanta importância para os camponeses.

Certamente, o Ministro está cumprindo seu papel de deformador da realidade para proteger o governo dos latifundiários. Omite o principal: que o movimento dos sem-terra tem sofrido, sob o governo FHC, duas chacinas, inúmeros assassinatos, prisões, despejos violentos e brutal perseguição política. O terror do Estado contra o MST

explica, em grande medida, por que a luta no campo não se expandiu ainda mais. Dizemos em grande medida porque o isolamento dos camponeses também é um fator de grande peso. O movimento operário encontra-se bloqueado pela burocracia sindical.

A unidade operária e camponesa é a condição social e política para se combater o terror do Estado e avançar a tão necessária revolução agrária;

**Abaixo os processos e prisões políticas!
Liberdade imediata para todas as lideranças
e fim dos processos!**

Reunião de cúpula da América do Sul

O Brasil convocou uma reunião de todos os presidentes dos países da América do Sul, realizada em 31/8 e 1/9, em Brasília. O tema principal foi a questão da integração econômica e a relação com a Alca e Mercosul. A imprensa alardeou que o Brasil está tomando uma posição de líder dos países atrasados em relação aos Estados Unidos. O que se pode ver das resoluções finais do encontro e das relações concretas dos governos desses países com os norte-americanos é bem diferente.

Na questão comercial, discutiu-se a formação do bloco econômico das Américas (Alca), que é a proposta americana de integração. Na verdade, trata-se da abertura total de mercado dos países atrasados aos produtos e capitais norte-americanos e a preservação dos interesses ianques no continente e no interior de seu próprio mercado, que permanece protegido. É a garantia aos EUA de que as Américas são sua área de influência exclusiva, contra as tentativas de ingerência européias.

A resolução do encontro não se opõe a essa diretriz. Ao contrário, a reafirma, apenas com a mediação de estender primeiro o Mercosul, que hoje agrupa Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e, informalmente, Bolívia e Chile, para depois então se processar a Alca.

Tanto Mercosul quanto Alca corres-

pondem aos interesses dos países imperialistas, que disputam entre si o controle do mercado sulamericano. O Mercosul tem sido a porta de entrada de produtos europeus, principalmente franceses, na América Latina. Os europeus sonham que essa porta se estenda para toda a América, pois poderia servir de mediação à penetração de seus produtos no rico mercado norte-americano, hoje protegido e em guerra comercial com os europeus. Os americanos pretendem a dissolução do Mercosul e a constituição da Alca para bloquear os interesses europeus e estabelecer de antemão sua hegemonia. O que a reunião de cúpula resolveu é que procurará se utilizar desse conflito antes de se submeter totalmente.

Os países da América do Sul respondem apenas por 3% das exportações internacionais, o Brasil com 0,8%. É evidente que um bloco desses países, com 14% do PIB do continente, pouco afetará o comércio internacional em benefício destes. Mas o mercado de centenas de milhões de consumidores é o que interessa às potências em disputa.

Os governos latinos têm se submetido dia a dia à potência americana. Recentemente, o Brasil enviou tropas à fronteira com a Colômbia supostamente para melhorar a defesa da fronteira. Declamou solenemente que não interviria

no conflito bélico no país vizinho. Mas certamente fez exatamente o pretendido pelo governo Clinton, pois bloqueando a fronteira permitirá o encerramento das tropas da guerrilha pelas do governo colombiano "amigo" dos EUA, que de outra forma poderiam se refugiar na floresta brasileira.

O problema da integração e desenvolvimento das forças produtivas da América do Sul depende da ruptura com a opressão imperialista, que preserva o atraso. As burguesias desses países têm demonstrado que são e serão submissas aos interesses dos bandos capitalistas estrangeiros. Somente as massas sob a direção do proletariado poderão enfrentar a opressão externa e, assim, varrerem com suas próprias burguesias pela revolução proletária. As divisões entre os países atrasados interessa aos imperialistas. Mas elas só podem ser superadas no marco da livre cooperação socialista.

A bandeira revolucionária da integração das Américas é a dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, que serão um passo rumo à revolução socialista mundial. Para isso, é fundamental a construção dos partidos operários revolucionários em cada país, seções do partido mundial da revolução proletária, a IV Internacional. Novamente, a luta de Trotsky se mostra atual.

Encontro dos presidentes

Somente declarações e intenções demagógicas

A reunião de presidentes sulamericanos serviu apenas para mostrar a impotência dos países semicoloniais perante a ofensiva econômica e militar do imperialismo sobre o continente. Prova disso foram os resultados sobre os dois principais pontos do temário: o projeto da ALCA, traçado pelos Estados Unidos, e o intervencionismo norte-americano na Colômbia.

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, foi quem ocupou o lugar mais polêmico do encontro, devido a posições nacionalistas. De um lado, defendeu a rápida unificação do Mercosul com a

Comunidade Andina de Nações (CAN), que reúne Peru, Colômbia, Venezuela, Equador e Bolívia. De outro, não se opôs à ALCA. Sua tese é de alcançar um acordo primeiro entre os países sulamericanos para assim poder negociar em melhores condições a unificação pretendida pelo imperialismo ianque.

Trata-se de uma ilusão e de uma máscara a posição unificadora dos países semicoloniais para se apresentarem em pé de igualdade com a potência norte-americana. O capital imperialista saqueia a América Latina desde que passou da condição de colônia para se-

micolônia. Os Estados Unidos se agigantaram e se tornaram os donos da América, principalmente a partir da 1ª Guerra Mundial. Na situação atual, o imperialismo se bate em sua crise estrutural, o que o obriga a se lançar com maior ferocidade sobre os países atrasados.

A ALCA é um plano de ampliação de saque do conjunto dos países latino-americanos e um meio de enfrentamento com os blocos imperialistas europeu e japonês. A submissão dos governos chegou a tal ponto que sequer foi admitida a inócua tese do presidente venezuelano.

Quanto à questão do intervencionismo norte-americano na guerra civil da Colômbia, os presidentes disfarçaram-se de independentes. Negaram-se verbalmente a se colocar a serviço da operação militar dos Estados Unidos. Mas em nenhum momento se cogitou qualquer tipo de ação contrária à ocupação da Colômbia pela força estrangeira.

O nacionalista Chávez alertou para os perigos do "Plano Colômbia". Assinalou que os "500 homens do exército americano e dezenas de helicópteros" são um excesso, que pode se transformar em "uma escalada militar na região". Mas não deixou de defender o "Plano Colômbia", desde que tivesse a função de promover uma "solução pacífica". Certamente, por intermédio de negociação, que incluía as FARC na pseudo-democracia burguesa colombiana e promovia o seu desarmamento.

Da mesma forma que propôs a ampliação do Mercosul, defendeu "a criação de uma aliança militar entre os países da América do Sul e do Caribe, nos moldes da Organização do Tratado

do Atlântico Norte (OTAN). Contrapondo-se ao que chamou de "mundo unipolar", que quer dizer monopólio militar do imperialismo, formulou a idéia de uma aliança militar latino-americana, como parte da "integração econômica, política, social cultural". (*Gazeta Mercantil* - 31/8).

Mais uma vez ficou sozinho em sua linha nacionalista. O governo brasileiro, em todo momento, fez o papel de mediador entre as posições nacionalistas de Chávez e as abertamente pró-imperialistas (intervencionistas) de Andrés Pastrana, da Colômbia.

A subserviência da burguesia latino-americana não permite qualquer ousadia diante dos Estados Unidos. Dessa forma, nenhuma medida prática foi tomada para barrar a ofensiva norte-americana. No próximo período, devemos aguardar o recrudescimento da opressão nacional, que ampliará a ocupação militar da Colômbia e uma operação sanguinária contra as FARC.

Tudo depende de como as massas oprimidas reagirão. A opressão imperia-

lista intensifica a opressão social, ou seja, a exploração dos trabalhadores. As massas operárias e camponesas pagam com sangue e suor a rapinagem do grande capital financeiro e multinacional.

A tarefa colocada pelo movimento operário e camponês é a de constituir as frentes únicas antiimperialistas em cada país, e estabelecer a unidade latino-americana dos oprimidos contra o saque estrangeiro, à fome e a miséria. Os governos latino-americanos seguem suas burguesias semicoloniais e, por isso, não poderão constituir uma frente de resistência antiimperialista baseada nas massas trabalhadoras. Ao contrário, temem o levante dos explorados e se colocam por detrás do poder da burguesia internacional para sufocar a rebelião popular. Sem a organização das frentes únicas antiimperialistas, na forma da aliança operária e camponesa, sob a direção da classe operária e de um programa de emancipação nacional, não será possível frear a marcha econômica e militar do imperialismo sobre a América Latina.

Reforma do Ensino Médio

Governo intensifica a preparação para impor a reforma do ensino médio

Covas irá cumprir o compromisso acordado com o BIRD de implantar a reforma do ensino médio em São Paulo. O objetivo é diminuir a responsabilidade do Estado em sustentar a escola de ensino médio. Os recursos estatais (10%) destinados a esse grau de ensino por si só mostram que é impossível mantê-lo. Para isso, as orientações do BIRD vão no sentido de ampliar a participação das comunidades escolares (mensalidades via APMs) e convênios com a iniciativa privada.

Dessa forma, o Estado elaborou uma grade curricular que permite a demissão de milhares de professores, através da redução do número de aulas de todas as disciplinas e eliminação de algumas delas (a exemplo de filosofia, sociologia, psicologia até educação física, caso esta não faça parte do chamado projeto escolar). O governo arma uma

farsa de que todos os alunos terão o mesmo número de horas anuais (1000 para o diurno e 800 para o noturno), mas não diz que perderão, dependendo da série, até quase 40%. No primeiro ano, terão 18 horas destinadas ao dito núcleo comum (todas as disciplinas), hoje são 25. No segundo, reduz para 13 e, no terceiro, são 11 horas semanais. Isso para o período diurno, porque no noturno é menor (16, 12 e 11 respectivamente). O restante, até chegar às 25 horas semanais é destinado às parcerias e aos projetos de "reforço".

Não pára aí a destruição do ensino médio. O governo propõe que algumas disciplinas sejam agrupadas e ministradas por um único professor. Ou então, através das tele-salas, que requerem um só professor para várias disciplinas. Os alunos terão menos aulas e o tempo todo será preenchido

com generalidades, que não servem nem para adquirir uma profissão e, muito menos, para alcançar a Universidade.

Como se vê, a reforma de Covas/FHC/BIRD nada tem a ver com as reais necessidades da juventude, que necessita de mais vagas para o ensino médio, de mais recursos financeiros e de uma escola vinculada à produção social. Ou seja, uma escola onde o conhecimento está ligado à prática, ao trabalho. Não ao trabalho como fonte de exploração, mas ao trabalho como fonte do desenvolvimento das habilidades e conhecimento.

Diretoria da Apeoesp propõe aulas públicas e plebiscito

Foi organizado um calendário de debates e aulas públicas sobre a reforma

do ensino médio. A diretoria prepara, na capital, no dia 27 de setembro, mais uma aula pública. Agora irá trazer professores universitários, a exemplo de Acácia Kuenzer e Nereide Saviani (os mesmos que escreveram na Revista da Educação) para discursarem sobre o ensino médio. E, nos dias 18 e 19 haverá o plebiscito sobre o ensino médio. Diz a diretoria que, após o dia 1 de novembro, ocorrerá a campanha a partir do resultado do plebiscito. Para que não seja um fiasco, a diretoria institui uma tabela com o número de representantes de todas as subsedes do interior até a capital para participar da tal aula pública.

Veja a que ponto chega uma direção sindical. Primeiro, se recusa a organizar os professores para enfrentar a ofensiva de Covas contra o ensino médio. Depois, se opõe à realização de uma assembleia para aprovar coletivamente o caminho para barrar as medidas governamentais. Em seguida, contrata os acadêmicos para discursar em praça pública. Por fim, se apóia no plebiscito para depois, em novembro, realizar a campanha. Todos nós sabe-

mos que em novembro tudo já estará pronto para a implantação da reforma governamental.

Essa nova forma de luta da diretoria da Apeoesp levará a derrota do movimento contra a reforma do ensino médio. O argumento usado é de que os professores não irão mais à luta, depois de uma greve de 40 dias. Então, essas novas formas implicam em não paralisar as aulas, não tirar os professores de sala de aula, não organizar os pais e alunos para ganharem às ruas juntamente com o magistério. Trata-se de uma forma em que se delega poderes de discursar e participar a alguns representantes, enquanto a maioria da classe continua nas escolas. Por essa via, o governo estará de mãos livres para acelerar os mecanismos para a sua implantação.

Organizar o movimento de professores, alunos e pais para barrar a reforma privatista do ensino médio

A diretoria da Apeoesp aproveita da situação difícil em que se encontram as escolas (boa parte delas dividi-

da entre grevistas e fura-greves, uma parcela sofrendo na pele os descontos e as punições de Covas, outra temerosa com o desemprego etc.) para ludibriar a classe com essas tais formas novas de luta.

É necessário que as escolas discutam a proposta governamental e rechacem o "novo caminho de luta" da diretoria da Apeoesp. Não há outra via senão ganhar as ruas massivamente para impedir a destruição do emprego e da escola pública. Qualquer outro subterfúgio não impedirá a decisão de Covas/BIRD em privatizar parte do segundo grau.

Nesse sentido, a defesa de uma assembleia estadual, amplamente convocada, para reorganizar o movimento grevista unitário de professores, alunos e pais é a única forma para impedir a ação destruidora do Estado. Não podemos esperar até novembro para ver o que fazer. Confiemos em nossas próprias forças! Defendamos os métodos da ação direta para impor a escola pública, gratuita, laica, científica, vinculada à produção social para todos e em todos os níveis.

FUNDEF é fonte de corrupção

Para impor a reforma do ensino fundamental, o governo obrigou os prefeitos a assumirem a municipalização de 1 a 8 séries. Em troca, criou o Fundef, um fundo onde seriam depositados os 15% destinados a esse nível de ensino. Os prefeitos recebiam de volta os tais 15% de acordo com o número de matrículas no ensino fundamental. Caso faltasse dinheiro, haveria uma complementação. Desses 15%, uma parte (60%) era destinada a salários dos professores e o restante deveria ser aplicado nas escolas. Não precisou de muito tempo para que explodisse um mar de corrupção com o dinheiro do Fundef.

A corrupção foi tão grande que o governo não pôde esconder. Inúmeros prefeitos engoliram o dinheiro e quase nada se aplicou no ensino fundamental. O Ministro da Educação, Paulo Renato, veio a público para pedir o afastamento de 5 prefeitos corruptos,

em menos de um ano, 888 denúncias foram oficialmente formalizadas, 315 municípios desviaram o dinheiro do Fundef e já são 20 Estados contendo abusos na utilização dessa verba. Sem dizer que há denúncias de uso do dinheiro até para a compra de armas (narcotráfico).

O governo, diante de tamanha ladroeira, assinou um "termo de cooperação técnica com o Banco do Brasil". Isso para "moralizar" as contas do Fundef. Por outro lado, propõe regulamentar os cursos que podem ser feitos, aos professores, com os recursos do Fundef. Isso em função também de denúncias das falcaturas de cursos e verbas. E até usar os correios, com postagem gratuita, para "facilitar" as denúncias que são feitas pela população.

Nada disso poderá acabar com a corrupção. O problema está em que a mu-

nicipalização foi barganhada com os prefeitos. A moeda usada foi o Fundef. Prefeitos, governos, parlamentares etc. estão envolvidos até os ossos com a corrupção. Temos dito que o Estado é dirigido por várias quadrilhas, que vão dos ladrões até os narcotraficantes. A corrupção do Fundef é mais um dos escândalos. Por detrás do Fundef está a reforma educacional que obriga os municípios, na sua maioria empobrecidos, a sustentarem o ensino fundamental. Os prefeitos fizeram o que sempre fazem diante das verbas públicas: desviam. Não serão medidas administrativas que servirão para conter a corrupção. Isso porque ela faz parte de todo o tecido do Estado burguês. Extirpá-la requer romper com esse tecido. Que se inicia com a mobilização de massa dos oprimidos contra as medidas governamentais, o Fundef é uma delas.

Natal

O sucateamento das escolas e a implementação do PDE, parte da reforma privatista da educação

As escolas no RN, assim como em todo o país, encontram-se no mais puro estado de destruição. É fato o seu sucateamento físico, faltando desde o material didático mais simples como o giz (os quadros são arrebitados) até a falta de funcionários para o serviço burocrático e a limpeza diária da escola em geral. Além disso, não há professores de matérias específicas como física, química, biologia e matemática, sendo comum as escolas não terem seu quadro completo de professores.

Os governos Garibaldi (PMDB) e Vilma (PSB) usam a prática de "estágios" e "serviços prestados", mesmo tendo realizado concurso, porque estes serviços não oneram o Estado; os estagiários recebem pouco menos que os profissionais e não obrigatoriamente ao mês, os outros chegam até a um ano sem receber e ainda ficam presos ao trabalho por medo de perder o pouco que irá receber. Isto facilita a corrupção nas escolas porque as direções manipulam diretamente o quadro deste tipo de funcionários, já que não é a Secretaria da Educação quem tem controle e estes não existem para a economia do Estado. Muitas escolas são denunciadas. Os serviços prestados servem como cabo eleitoral dos prefeitos e vereadores.

Escolas de grande porte como a Pe. Miguelinho (estadual), dos três turnos que funcionam de forma "capenga", no matutino turmas inteiras não têm aulas de português há mais de 3 meses; no vespertino, mais da metade das salas são com estagiários e nas outras os alunos chegam a ter apenas uma aula ao dia. Este é apenas um exemplo do que acontece na realidade diária das escolas públicas. No resto delas e no interior não há diferença, pois os *professores, para não perderem suas magras gratificações, submetem-se às dire-*

ções evidenciando um outro problema, o dos baixos salários.

É neste contexto que os governos FHC/Garibaldi/Vilma e demais, seguindo as reformas do Banco Mundial, implementam o famigerado PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola, mais uma das etapas da reforma.

A Corrente Proletária vem fazendo esta discussão através de debates e estudo, chamando a categoria da educação para dar uma resposta às reformas, desde a discussão do plano decenal que trouxe os parâmetros (PCN's), os ciclos básicos e o FUNDEF. Todos polemizados graças às nossas intervenções.

Trata-se, neste momento, de mais um golpe contra a educação gratuita, obrigação do estado que tem, através da secretaria da educação, se isentado da manutenção da escola, imposto o citado projeto, dividindo em ações de acordo com o número de alunos que a escola tenha para poder ser inserida. Como funciona? O governo envia uma única parcela ao ano para os gastos das escolas; estas, ao não conseguirem cumprir a regra, devem recorrer a empresas privadas ou à comunidade, que assume a responsabilidade do governo, levando a escola para o extermínio. Este é o agravante do PDE, o de trazer embutidas as tais parcerias, buscadas através dos convênios de empresas como o SENAC e, principalmente, a convocação aos pais que, a partir de agora, terão maior participação junto à escola, chamados através das assembleias fajutas que liberarão as esquiladas (e muitas vezes desviadas) verbas para a manutenção da escola.

O tal projeto é tão explícito quanto a privatização, que trata os alunos como clientes, a direção é gerente, propagandeia-se a escola em busca de parceria e, para coroar, o professor é

obrigado a utilizar mecanismos que levarão os alunos a passar de ano evitando providencialmente a evasão e a repetência, chagas do sistema educacional capitalista. Objetivo: acabar com estas trazendo consigo a avaliação do professor num espaço entre dois a cinco anos, como diz o plano, em outras palavras, desemprega.

Neste período, a experiência terá demonstrado o funcionamento/eficiência ou não do plano que em si não aprofunda as questões fundamentais, pelo contrário, esta farsa do sucateamento do ensino público é mascarada pela idéia de que todos os esforços estão pela qualidade da educação.

A postura da defesa da idéias de escola de qualidade não destoa daquela defendida pelo governo do PT. Está claro o quanto no RN a direção do SINTE apenas critica o PDE, chamando reunião para discutir o plano quando grande parte das escolas já implementou e em algumas os trabalhadores rejeitaram a proposta. A posição da burocracia não poderia ser diferente porque o projeto é a defesa da política imperialista e para não se contrapor e expor sua defesa de escola, que é a mesma do governo, a escola de qualidade, preferem não discutir com profundidade na base.

Neste sentido a Corrente Proletária levou o questionamento às escolas e chamou ao debate para analisar e rechaçar as reformas que entregam e submetem mais os serviços públicos ao imperialismo enquanto as destroem.

Abaixo o PDE implementado nas escolas do Rio Grande do Norte

Em defesa da escola enraizada na produção social.

Abaixo a política burocrática do SINTE.

Abaixo as reformas privatistas de FHC/FMI.

Balanço do movimento dos judiciários

1 - Situação atual da categoria

A categoria dos judiciários, assim como todos os servidores públicos, vem sofrendo as conseqüências da implantação do 'plano de estabilização' econômica do governo de FHC/FMI. Ou seja, os funcionários estão com seus salários congelados há mais de seis anos, com perdas salariais que ultrapassam 60%, sentindo a destruição de suas conquistas trabalhistas, deterioração de suas condições de trabalho, sobrecarga de serviço etc.

2 - Características da classe e tendências de luta

Apesar de ser composta predominantemente pela classe média empobrecida, com forte tendência legalista, conservadora etc., até em decorrência da própria função que exerce e de estar há vários anos sem sair em luta (greve), há um grande descontentamento em seu seio, decorrente dos ataques às suas condições de vida. Esta vem sentindo cada vez mais a necessidade de superar seu imobilismo e sua desorganização, que prevalecem desde o desaparecimento do SINJESP.

3 - A política de ataque do TJ aos trabalhadores

Com a desagregação do SINJESP e sem nenhum organismo de luta que se coloque por responder aos problemas da classe como um todo, o TJ continua implantando, sem maiores problemas, as medidas de ataques aos trabalhadores determinadas pela política econômica do governo, como retirada de convênios, licenças, diminuição do quadro funcional etc. Porém, no último período, se sentiu pressionado pelo descontentamento da classe e da tendência grevista do funcionalismo. Nesse sentido, lançou mão de uma política mais demagógica, primeiro nomeando uma comissão de juizes para receber as associações e, depois de mais de um mês de 'negociações', concluiu que não tinha como ceder um centavo. Porém o TJ acenou com a possibilidade de enviar, para a Assembleia Legislativa, um projeto de reposição salarial de 24%. Depois de outro mês, voltou atrás e declarou que isso

também não poderia ser feito. Finalmente, com o claro objetivo de desmobilizar e acabar com qualquer possibilidade de deflagração da greve, enviou um projeto de abono escalonado com valores equivalentes aos oferecidos pelo governo aos funcionários da saúde e professores.

4 - A política das associações para a categoria

Em função do vazio de direção deixado com o desaparecimento do SINJESP, surgiram inúmeras associações na categoria, principalmente no interior, numa tentativa de responder, mesmo que localizadamente, seus problemas mais imediatos. Nesse sentido, desenvolveram políticas puramente assistencialistas e corporativistas. Na capital, a política predominante foi a mesma, com a diferença de que estas associações já existiam antes mesmo do SINJESP. Extremamente ligadas à cúpula do TJ, as associações da capital sempre se colocaram contra os movimentos grevistas. No último período, ganharam vários privilégios da cúpula do TJ, que lhes possibilitou aumentar seus aparelhos. Esses privilégios vão desde a concessão para administrar os convênios dos trabalhadores até a obrigatoriedade de filiação destes a uma associação, sob pena de perder a ajuda de custo para esses benefícios. Em troca, as associações procuram ajudar na aplicação dos ataques do TJ aos trabalhadores, sob o argumento de que estão lutando pelo 'aperfeiçoamento da justiça'.

5 - A ação das associações no movimento

Sentindo a pressão das bases, as principais associações resolveram elaborar um cálculo das perdas salariais (42,09%) e foram tentar negociar com a cúpula do TJ algumas migalhas para os trabalhadores. Como não houve nenhuma resposta por parte do TJ, resolveram chamar uma assembleia para tentar pressionar o TJ a se pronunciar. Não pretenderam, em nenhum momento, chamar um movimento grevista de fato, que evoluísse para a unidade com o restante do funcionalismo já em greve (professores, previdenciários, saúde etc.) e que se

chocasse contra o Tribunal e o governo. Propunham apenas fazer uma 'mobilização geral', com atos festivos, que não representassem nenhum perigo do movimento fugir ao seu controle. Para tanto, sabotavam todas as tentativas e propostas dos trabalhadores de direcionar o movimento para um combate efetivo.

6 - Os limites do movimento e a sua evolução

Apesar do descontentamento com a defasagem salarial e com as péssimas condições de trabalho, os judiciários não conseguiram com este movimento transformar esse descontentamento em ação. Durante as assembleias surgiram as propostas que poderiam conduzir o movimento para o enfrentamento com o TJ e o governo. Porém, diante da atuação anti-greve dos pelegos e dos reformistas do PT, que jogavam todas as fichas na via da negociação e na via parlamentar, os trabalhadores acabaram acreditando e votando nas propostas ilusórias de que seria possível conseguir repor suas perdas salariais sem ter que fazer a greve. Desta forma, a direção conseguiu canalizar o movimento para o parlamento, onde pôde enterrá-lo de vez.

7 - Nossa atuação

A Corrente Proletária do Judiciário atuou no movimento combatendo e denunciando a política traidora dos pelegos, bem como a política de conciliação e eleitoreira do reformismo. Defendeu, desde o início, a unificação com o restante do funcionalismo como única forma de garantir a reposição salarial e que essa unidade só poderia se dar com os trabalhadores parados e dispostos a quebrar a política de fome e miséria do governo, através da greve geral por tempo indeterminado e da radicalização dos métodos de luta, como bloqueios de ruas e ocupações de avenidas etc. Defendeu a formação das comissões de prédios para organizar a greve, a eleição de um comando de greve independente, sem compromisso com o TJ e as associações. Propôs o rechaço das negociações de cúpula, a defesa intransigente da pauta de reivindicações, sem rebaixá-las em nenhum ponto, a recusa das propostas mentirosas oferecidas pelo TJ e defendidas nas assembleias pelas

associações e pelos reformistas. Enfim, procurou contribuir com o amadurecimento da necessidade dos trabalhadores romperem com suas ilusões pequeno-burguesas, seu imobilismo e sua desorganização, passando por cima das direções burocráticas e caminhando para a luta direta em defesa de suas

condições de vida, que em função dos ataques dos capitalistas, estão ficando insupportáveis. A tendência é de mais rebaixamento salarial e a necessidade de se organizar e sair em greve se torna cada vez mais presente. Nesse sentido, teremos que travar uma grande luta pela frente. Portanto, para a corrente,

se trata de fazer crescer o partido e sua influência no seio da classe. Esta é uma condição para aprofundar o combate à política reacionária, conciliadora e eleitoreira dos reformistas e pelegos, que são grandes entraves no desenvolvimento da luta dos trabalhadores.

Curso de formação política do POR

O POR realiza há vários anos um curso de formação marxista, com o objetivo de estruturar-se como partido de militantes que dominam a teoria como guia da prática. A decisão foi a de fazer permanentemente estudos revolucionários. O tema do momento é a teoria marxista do partido, o programa e a organização. Tomamos por base a rica experiência de construção do Partido Operário Revolucionário na Bolívia. E documentos internacionais da experiência bolchevique. Dois encontros foram realizados em São Paulo e um no Rio Grande do Norte. Utilizamos a elaboração de Lenin para o III Congresso da Internacional Comunista (“Teses sobre a estrutura, os métodos e a ação dos partidos comunistas”) e a de Guillermo Lora (“O Partido e sua Organização”).

Estamos publicando abaixo as passagens utilizadas no primeiro encontro. Chamamos os trabalhadores e a juventude a participarem na escola de formação marxista, para construir o POR.

O Partido e sua Organização

Guillermo Lora

I - Programa e Organização

“Fundamento Político do Problema:
Um dos erros em que se cai freqüentemente ao considerar o problema organizativo consiste em colocá-lo isolado e independentemente da posição política do Partido. O enunciado de Trotsky no sentido de que o programa faz o Partido está mostrando em que medida a finalidade estratégica determina a estrutura organizativa partidária. Pode-se dizer que os métodos organizativos não são mais do que recursos empregados para estruturar um partido na medida do programa e capaz de materializá-lo. O programa, em seu empenho de apossar-se das massas e ao realizar-se, encontra uma série de obstáculos que pode vencê-los graças à organização. Só um metafísico concebe o Partido como algo definitivamente dado de uma vez por todas, que nasceu como sinônimo de acabado; contrariamente, é todo um processo em constante transformação e aperfeiçoamento, como resultado da luta contra os obstáculos que se apresentam diariamente.

A elaboração do programa (conhecimento da realidade social e da mecânica de classes com ajuda do método marxista) corresponde à etapa na qual alguns

elementos, considerados como individualidades, se aglutinam em torno de idéias políticas centrais. Não se pode esperar que desde esse momento tais idéias agrupem o grosso das massas ou se materializem pelo simples fato de terem sido incorporadas no texto de um programa. A férrea organização do Partido e seu entrocamento na classe constituem os passos necessários e prévios para alcançar tal finalidade. Entretanto, ainda falta que o programa penetre no seio do grosso das massas e isto se faz através da organização da vanguarda, que unicamente pode estruturar-se com o uso indispensável da argamassa programática. O programa tem de provar, nos acontecimentos da luta de classes, sua validade, o que seria inconcebível sem a existência da organização partidária.

Reduzem o problema ao absurdo os que colocam que o dito anteriormente significa que o programa político para realizar-se não precisa da organização, vale dizer, que o Partido deve ser considerado como algo etéreo, como um simples amontoado de idéias ou de bandeiras. Entre o programa e organização existe uma mútua relação e condicio-

namento dialéticos e esta última atua ativamente sobre o programa, contribuindo para seu enriquecimento e pode chegar ao extremo de desvirtuá-lo completamente em caso de degenerar-se. O que temos mostrado é que o programa (expressão da luta consciente ou política) tem primazia com relação à organização, que é, em última instância, seu fator determinante. Para tal programa tal forma de organização partidária; sem dúvida, esta se desenvolve conforme suas próprias leis. O programa é o conteúdo e a organização a forma que corresponde àquele.

Nessa questão, que corresponde, nenhuma dúvida cabe, ao ABC da teoria marxista, se perfilam já com clareza nossas diferenças - certamente políticas, mas que se apresentam muitas vezes como simples divergências organizativas - com aqueles que defendem concepções foquistas, reformistas ou nacionalistas. E novamente comprovamos que é o programa revolucionário o que determina a natureza e contornos da organização.

Sabemos que a ultra-esquerda pequeno-burguesa em geral, no seu empenho por substituir o partido bolchevique, que lhes parece uma ve-

MASSAS — 2ª quinzena de setembro de 2000 — 11

lharia, por outra organização qualquer, colocou a necessidade de centrar todos os esforços unicamente em torno do trabalho organizativo, sem preocupar-se com a elaboração programática, com o argumento central de que assim se evita uma inútil perda de tempo e de energias na discussão das idéias, a partir do momento em que o programa, segundo tal tese, deve emergir totalmente da ação, de modo automático e necessário. A ação seria já a teoria, chamada a submeter-se a espontaneidade dos explorados. Esta postura, antimarxista por excelência, tem sido desmentida, uma e outra vez, pela história. Certamente que não é esse o caminho da estruturação da vanguarda revolucionária.

A tese ultra-esquerdista implica questões de importância que não têm sido devidamente analisadas até agora. Começa-se dividindo e separando

arbitrariamente os problemas político-programáticos dos organizativos e conclui-se esquecendo totalmente os primeiros, para assim dedicar-se todos os esforços para uma atividade fechadamente organizativa. Os marxistas põem em pé o partido do proletariado com a finalidade de materializar o programa, ou seja, a estratégia revolucionária (tornar possível o cumprimento das tarefas históricas da classe operária), isto é, de consumir a revolução social encabeçada pelo assalariado (revolução e ditadura proletárias protagonizadas pela nação oprimida), fora desta perspectiva carecem de sentido a discussão e trabalho organizativos. Para a ultra-esquerda, a organização conclui como uma finalidade em si; a organização é tudo, o programa é nada. Os que se prostram diante da espontaneidade das massas e negam a necessidade de estruturar o partido re-

volucionário, se convertem em canais da política burguesa.

Programa e organização são dois aspectos inseparáveis e, que se interpenetram, de um mesmo fenômeno: a estruturação do proletariado em classe para si, isto é, consciente não só de sua exploração, mas também dos caminhos que deve percorrer para libertar-se a si mesma e à sociedade; consciente de sua missão histórica, que emerge do lugar que ocupa no processo da produção e do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista. A atividade consciente da classe operária, a expressão programática (teórica) de sua luta como classe contra a burguesia como classe (representada pelo Estado) e em relação com as outras classes, isso é a política revolucionária".

A frente antiimperialista – parte 02

O presente texto é parte da iniciativa de uma das células poristas em traduzir o folheto de Guillermo Lora: a frente antiimperialista, editado em 1984. O tema é de grande relevância e atualidade e o folheto foi estudado intensamente pelos militantes. Não são poucos os opositores que condenam o POR boliviano e a tática da frente revolucionária antiimperialista. Porém, são bem poucos os que não demonstram total ignorância no conhecimento dos fundamentos teóricos da tática adotada pelo IV Congresso da Internacional Comunista e na experiência de sua aplicação pelo POR boliviano. A célula dirige esta sequência de traduções aos opositores de boa fé que, mais preocupados em dominar a teoria revolucionária, não necessitam difamar os trotskistas bolivianos. Dirige também ao conjunto da militância do partido e do movimento.

Continuação... Ainda o capítulo primeiro, antecedentes da Frente Antiimperialista.

A Internacional de Trotsky declara que as teses e resoluções dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista se encontram entre os seus documentos programáticos fundamentais. Apesar disto, alguns "trotskistas" tomam a liberdade de ignorar as "Teses sobre o Oriente", expressão das importantes discussões que se desenvolveram sobre a questão. Todavia, não dizem as razões de porque se deixar estas teses e parecem considerá-las uma antecipação das futuras frentes populares estalinistas.

O POR boliviano teve de enfrentar um multitudinário MNR, que havia conseguido aglutinar nas suas filas a maioria dos operários e camponeses. É no empenho de vencer este obstáculo que se defronta com a tática da frente antiimperialista. O problema era como arranjar do MNR o controle sobre as massas. No décimo Congresso do partido se lançou a consigna de "ao poder através da conquista dos explorados", quando foi perceptível a diferenciação política entre a direção política pequeno burguesa e os setores majoritários. Neste momento, alguns agrupamentos "esquerdistas" começaram a inflar e a tática frentista se impôs de maneira imperiosa.

Mais adiante, analisaremos a experiência da Frente Revolucionária Anti-

imperialista, que dá continuidade à linha já assinalada pela Assembléia Popular acerca da urgência de se obter a unidade da nação oprimida sob a direção do proletariado.

Para o POR, a Frente Antiimperialista deve ser considerada como a unidade das classes sociais chamadas a serem as protagonistas da revolução sob a direção proletária, em um país atrasado em seu desenvolvimento capitalista. Esta frente se diferencia de todas as alianças que as mais diversas organizações populares podem concluir, porque essas estão, indefectivelmente, de maneira encoberta ou não, conduzindo as massas a submeterem-se à burguesia. O POR, continuando a linha assinalada nas Teses de Pulacayo, pleiteou a tática da Frente

Antiimperialista para possibilitar a evolução da nação oprimida até a conquista do poder político. A insurreição é o ponto culminante de uma profunda mobilização das massas das diferentes classes sociais que precisam alcançar sua unidade de ação e direção. Neste momento se impõe a Frente Antiimperialista, que tem a enorme importância de permitir que o partido revolucionário da classe operária se converta em guia das massas, a fim de que possa dirigir com eficácia as ações até a materialização das estratégias proletária.

A presença do partido revolucionário

rio e a independência de classe constituem a chave para a estruturação da Frente Antiimperialista. Tanto o fortalecimento do partido da classe operária como a imposição da estratégia da revolução e ditadura proletária devem ser consideradas como uma elevada expressão desta independência de classe.

O programa da Frente Antiimperialista não pode deixar de incluir os problemas de toda a nação oprimida e, particularmente, dos camponeses. Não se pode ignorar que, em um Estado multinacional como a Bolívia, impõe-se proclamar o direito à autodeterminação

(incluindo o direito à separação do Estado central) das nações oprimidas por uma odiosa minoria brancóide. A Frente Antiimperialista deve ser considerada como uma tática que encontra explicação e justificativa para sua existência à luz da estratégia da classe operária. Ambas se condicionam mutuamente e a tática, se é desvirtuada, pode concluir destruindo a finalidade estratégica.

O próximo número conterà o início do segundo capítulo: "por que a "esquerda" não fala da frente antiimperialista?"

60 anos do assassinato de Trotsky

Damos continuidade à exposição das idéias de Trotsky em sua luta contra as posições revisionistas de Stalin.

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Ao analisar a posição do projeto de resolução do VI Congresso da Internacional Comunista, Trotsky mostra as deformações e os erros provocados pela revisão estalinista quanto à "lei do desenvolvimento desigual do capitalismo", tão necessária para se revelar a estrutura da economia mundial. A análise desse aspecto mostra como Stalin deformou o pensamento de Lenin, tomando-o de forma "unilateral e incompleto". O desfiguramento estalinista da lei do desenvolvimento desigual teve como objetivo fundamental a teoria anti-marxista do socialismo em um só país.

O importante nessa polêmica é que Trotsky, ao refutar a revisão de Stalin, expõe com precisão essa lei de funcionamento do capitalismo, que todo marxista revolucionário tem a obrigação de dominar. Nosso interesse é justamente trazer à tona tais formulações em função da necessidade de assimilar as conquistas do marxismo para construir o partido revolucionário.

Vejamos as passagens mais significativas:

"Em primeiro lugar, seria mais justo dizer que toda história da humanidade se desenvolve em meio a uma evolução desigual. O capitalismo surpreende já às diferentes partes da humanidade em graus distintos de evolução, cada um

dos quais contém profundas contradições internas. A grande variedade do nível alcançado e a desigualdade extraordinária do ritmo de desenvolvimento das diversas partes da humanidade, no curso dos diferentes períodos, constituem o ponto de partida do capitalismo. Só gradualmente este se torna dono da desigualdade que herdou, torna-a evidente e a modifica empregando seus próprios métodos e marchando por seus próprios caminhos. Distinguindo-se nisso dos sistemas econômicos que o precederam, o capitalismo tem a propriedade de tender continuamente para a expansão econômica, de penetrar em regiões novas, de vencer as diferenças econômicas, de transformar as economias provinciais e nacionais, fechadas em si mesmas, em um sistema de vasos comunicantes, de aproximar assim, de igualar o nível econômico e cultural dos países mais avançados e mais atrasados. Não se pode conceber sem esse processo fundamental a nivelção relativa, primeiro da Europa e da Inglaterra, depois da América e da Europa, a industrialização das colônias, que diminui a diferença existente entre a Índia e Grã-Bretanha, assim como todas as consequências dos processos enumerados, nas quais se baseia não só o programa da Internacional Comunista, como sua própria existência.

Mas ao aproximar economicamente os países e ao igualar o nível de seu de-

envolvimento, o capitalismo age com seus métodos, isto é, com métodos anárquicos, que solapam continuamente seu próprio trabalho, opondo um país e um ramo da produção a outro, favorecendo o desenvolvimento de certas partes da economia mundial, freando ou paralisando o de outras. Somente a combinação dessas duas tendências fundamentais, centrípeta e centrífuga, nivelção e desigualdade, ambas consequências da natureza do capitalismo, nos explica o vivo entrelaçamento do processo histórico.

A causa da universalidade, da mobilidade, da dispersão do capital financeiro, que penetra em todas as partes, desta força impulsionadora do imperialismo, acentua ainda essas duas tendências. O imperialismo une com muito mais rapidez e profundidade em uma unidade os diversos grupos nacionais e continentais; cria entre eles uma tendência vital das mais íntimas; aproxima seus métodos econômicos, suas formas sociais e seus níveis de evolução. Ao mesmo tempo, persegue esse 'fim', que é seu, por procedimentos tão antagônicos, dando tais saltos, efetuando tais saques nos países e regiões atrasadas, que o mesmo perturba a unificação e nivelção da economia mundial, com violências e convulsões que as épocas precedentes não conheceram. Só essa concepção dialética, não abstrata e mecânica, da lei do desenvolvimento desigual permite evitar o erro

radical a que não pôde escapar o projeto de programa proposto ao 6º Congresso.

Imediatamente depois de ter caracterizado essa lei de maneira unilateral, que assinalamos mais acima, o projeto diz: 'Daí se deduz que a revolução internacional do proletariado não pode se considerar como um ato que se realiza simultaneamente em todas as partes de uma vez. Daí resulta que o triunfo do socialismo é possível em alguns países pouco numerosos e inclusive em um só país capitalista, considerado isoladamente'.

Que é impossível que a revolução proletária internacional seja uma ato simultâneo ninguém pode negá-lo, sobretudo depois da experiência da Revolução de outubro, realizada pela classe operária de um país atrasado, sob a pressão da necessidade histórica, sem esperar que o proletariado dos países avançados 'retifique a frente'. É absolutamente justo e oportuno recorrer à lei do desenvolvimento desigual nesse aspecto. Mas não o é na segunda parte da conclusão, onde se assegura, sem fundamento, que o triunfo do socialismo é possível em 'um só país capitalista, considerado isoladamente'. Como prova, o projeto diz simplesmente: 'Daí resulta'; isto é, que ele se desprende da chamada lei do desenvolvimento desigual. Entretanto, isso não é verdade. 'Daí resulta'

diretamente o contrário. Se os diversos países evoluíssem não só desigualmente isolados mas também ainda independentemente uns dos outros, então, sem dúvida, seria possível deduzir da lei do desenvolvimento desigual a possibilidade de construir o sistema socialista em um só país, considerado isoladamente: em primeiro lugar no mais avançado, depois, na medida em que fossem alcançando a maturidade, nos mais atrasados. Essa era a concepção habitual, em certo modo comum, da passagem ao socialismo na social democracia antes da guerra e constituía, precisamente a consagração teórica do socialpatriotismo (...)

O erro teórico que se comete é o de tentar extrair da lei do desenvolvimento desigual o que esta não contém e não pode conter. A evolução desigual, por saltos, dos diversos países *quebra* continuamente os laços que os unem, sua interdependência econômica crescente; mas sem suprimi-los, nem muito menos: no dia seguinte de uma chacina infernal que durou quatro anos, esses países se vêem obrigados a trocar carvão, trigo, petróleo, pólvora e correias. Nesse ponto fundamental, o projeto apresenta os fatos como se a evolução histórica se realizasse por saltos; mas o terreno econômico que os provoca e no qual se realizam sai do campo visual dos autores do projeto, ou estes o eliminam abu-

sivamente. Procede-se assim para defender a indefensável teoria do socialismo em um só país.

Depois do que ficou dito, não será difícil compreender que a única maneira justa de colocar o problema é o seguinte: já durante a época pré-imperialista, Marx e Engels haviam chegado à conclusão de que, de um lado, a irregularidade, isto é, as sacudidas da evolução histórica estenderão a revolução proletária a toda uma época, durante a qual as nações entrarão umas atrás das outras na torrente revolucionária; mas, de outro lado, a interdependência orgânica dos diversos países, que se desenvolveu até o ponto de se converter em divisão internacional do trabalho, exclui a possibilidade de estabelecer o regime socialista em um só país: por conseguinte, com mais razão agora, no curso da nova época, quando o imperialismo estendeu, aprofundou e avivou essas duas tendências antagônicas, a doutrina de Marx, que ensina que só se pode começar, mas em nenhum caso concluir a revolução socialista nos limites de uma nação, é duas ou três vezes mais verdadeira ainda. Lenin não fez senão ampliar e concretizar a maneira como Marx colocou a questão e a solução dada".

(Leon Trotsky, em "Stalin o Grande Organizador de Derrotas - A III Internacional depois de Lenin", páginas 94 a 97)

Trotsky explica a degeneração da ditadura proletária na Rússia

Em uma carta dirigida aos trotskistas búlgaros, de outubro de 1930, Trotsky explica a degenerescência da ditadura do proletariado sob a orientação burocrática totalitária de Stalin e seus asseclas. Essa carta é valiosa quanto à caracterização da destruição do partido bolchevique pela eliminação das principais características de funcionamento marxista-leninista. Na data em que escreveu a carta, Trotsky indica que o governo estalinista ainda defendia a nacionalização dos meios de produção e o monopólio do comércio exterior. E que, embora deformada, a ditadura do proletariado continuava vigente. O que trazia a esperança de se "regenerar a ditadura proletária mediante métodos pa-

cíficos". Completa o raciocínio: "Não se pode determinar *a priori*, qual é a probabilidade de regenerar pacificamente a ditadura". Trotsky contava para isso com o "desenvolvimento das contradições internas" e com "um ataque do exterior" (bloqueio, guerra). Por métodos pacíficos se entende derrotar Stalin através da luta interna no interior do partido bolchevique e da III Internacional, bem como no interior da ditadura do proletariado, sem que ocorresse um levante armado do proletariado contra a ditadura burocrática. Essa tese logo se mostrou inviável. Rapidamente, a burocracia estalinista avançou posições restauracionistas, pró-imperialistas e de liquidação física dos oponentes revolucionários.

Três anos depois, a Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Trotsky afastou essa possibilidade e colocou a necessidade de uma revolução política. Expomos alguns trechos da carta "Aos Camaradas Búlgaros".

"Qual é a base do regime da URSS? Recapitemos os elementos essenciais: a) o sistema soviético com forma estatal; b) a ditadura do proletariado como conteúdo de classe de dita forma estatal; c) o papel dirigente do partido, em cujas mãos se concentram todos os elementos da ditadura; d) o conteúdo econômico da ditadura proletária: nacionalização da terra, dos bancos, das fábricas, do sistema de transportes etc e o monopólio do comércio exterior; e o pilar militar da

ditadura - o Exército Vermelho.

Todos esses elementos estão muito estreitamente vinculados entre si, e a eliminação de qualquer deles pode provocar a derrubada de todo o sistema. Na atualidade, o elo mais débil da corrente é indiscutivelmente o partido, pedra fundamental do sistema.

(...)

Falamos do partido como tal, como seleção livre da vanguarda proletária e como aparato que conforma um sistema único com o Estado. Poderia afirmar-se com justificativa que o partido como partido já não existe. Suas funções essenciais - elaboração coletiva de posições e resoluções, livre eleição dos

militantes e controle sobre os mesmos - foram eliminadas definitivamente. Se o partido se separa do sistema soviético este não tardaria em se desmoronar. Liberados do controle do partido, os trustes se converteriam primeiro em empresas capitalistas de Estado, em seguida de capitalismo privado. Os encontros entre os sindicatos e os trustes se transformariam muito rapidamente em lutas de classe. O Estado passaria ser um órgão dos trustes e bancos e o monopólio do comércio exterior se romperia em vários pontos antes de ser abolido. O Exército Vermelho sofreria um processo similar. Tudo isso provavelmente viria acompanhado de

uma série de convulsões e estouros de guerra civil".

Em seguida Trotsky faz uma análise sobre a possibilidade de vencer a Oposição de Esquerda ou o estalinismo (Termidor) triunfar definitivamente.

"Mas supondo, por um instante, que triunfe a ala termidoriana. Isso significará a liquidação da ditadura proletária e precipitará uma virada de cento e oitenta graus para o capitalismo"

Como se pode ver, grande parte da análise e previsão de Trotsky se confirmou e vem se confirmando com o processo de restauração capitalista na ex-URSS.

EUA

Eleições Presidenciais nos Estados Unidos. E a Classe Operária?

Tanto o Partido Democrata como o Republicano são expressões de setores da burguesia imperialista

O Pleito para a eleição do futuro presidente dos Estados Unidos se limita à luta dos porta-vozes dos partidos políticos da classe dominante que encarnam os interesses de grupos multinacionais. Esses grupos são, para os países latino americanos, colonizadores e exploradores.

Os trabalhadores, os imigrantes, os latinos, os costarriquenhos, os negros, os grupos nativos que ainda sobrevivem, são condenados a sofrer todas as afrontas e superexploração em troca de um salário. Da mesma forma que nós, somente percebem em ambos os candidatos alguns matizes de diferença, apenas perceptíveis porque no fundo são igualmente expressão dos escravizadores do mundo e da maioria ianque.

Não devemos esquecer que são expressões do capitalismo em desintegração que não consegue superar sua crise econômica estrutural que aponta para a barbárie.

O Objetivo Central

Para os explorados e oprimidos norte-americanos como para as semicolônias e colônias do mundo, o objetivo central, que volta a atualizar-se nas disputas eleitorais, é sepultar o imperialismo (o que é o mesmo que dizer capitalismo ou ordem social burguesa), pois somente assim se conseguirá colocar em pé a sociedade sem explorados nem opressores, sem imperialismo nem colônias, a pátria universal sem fronteiras.

Republicanos e democratas oferecem pequenas reformas, algumas promessas que nunca se cumprem, tudo para fortalecer os alicerces do capitalismo decadente, anúncio da barbárie, e para impedir que seja cavada sua tumba.

Não devemos esquecer que o imperialismo quer sair de sua crise acentuando a opressão e a exploração aos países atrasados e da maioria da população norteamericana. É a moral dos bandoleiros.

E o proletariado norte-americano?

As campanhas eleitorais devem servir aos revolucionários para educar politicamente os explorados e oprimidos, para prepará-los a fim de que possam atuar devidamente frente ao imperialismo.

Este fenômeno está ausente nos Estados Unidos porque o proletariado não conseguiu ainda emancipar-se ideologicamente da burguesia, enfim, não existe como classe social para si, como partido, como programa.

A falta de maturidade política, de consciência classista do proletariado norte-americano, prejudica seriamente a classe operária boliviana.

No país altioplânico, o assalariado, à cabeça da nação oprimida pelo imperialismo, vem lutando contra a opressão capitalista e projeta esta luta até a conquista do poder político. Esta luta, as batalhas que se travam, são prejudicadas porque a classe operária norte-americana se encontra à margem desta luta de caráter internacional.

(extraído do 'Masas' boliviano n.º 1727, de 5/08/2000)

Bolívia - Cochabamba

Vitória Universitária Importantíssima

Os universitários grevistas conseguiram impor suas reivindicações. Devemos observar que nelas se inclui a participação dos estudantes nos tribunais que examinarão os docentes.

Admire-se o leitor pelo que pode conseguir a ação direta das massas!

Como corresponde aos revolucionários: a direção universitária, para suspender o movimento, anunciou que previamente deveria ser submetida a proposta à Assembléia Geral dos Universitários.

La Paz

Basta de Discriminações, Viva a Greve de Fome do Nível de Licenciatura!!!

1. O escasso desenvolvimento capitalista na Bolívia faz com que de um lado, o mercado profissional seja também miserável e por outro tenhamos uma universidade que não se cria ciência nem tecnologia e por tanto os engenheiros vão, de fato, ocupar o campo profissional dos técnicos. E definitivamente, a negativa à licenciatura, na faculdade de

Engenharia, responde a um interesse mesquinho e miserável da burocracia. O que eles buscam é não criar mais competição no mercado de trabalho.

2. No interior da Universidade Maior de San Andrés (UMSA), existe uma diferenciação entre a Faculdade de Engenharia e a de Tecnologia, a primeira é feita para as "crianças de bem" para os que podem estudar sem trabalhar, quer dizer uma faculdade de primeiro nível, e a de tecnologia uma de segundo nível, para estudantes com escassos níveis econômicos.

3. É nosso direito aspirar a um grau superior em nossa formação, e os que se opõem não fazem outra coisa que aplicar a política de elitização e privatização da educação superior imposta pelo governo. Estamos seguros de que esta nossa luta se choca com a política discriminadora das autoridades e a estamos enfrentando com firmeza.

4. Estamos convencidos que nossa luta é parte das mobilizações universitárias de todo o país, para evitar que as camarilhas que hoje em dia tomaram o controle de tudo, sigam destruindo a

universidade estatal, autônoma e gratuita

Viva o Poder Estudantil, abaixo as camarilhas obscurantistas, corruptas e mediocres.

Centro de Estudantes de Eletrônica e Telecomunicações

O que é a Greve de Fome

Trata-se de uma das expressões da greve que empregam os explorados e oprimidos (se integram a ação direta das massas) buscando dobrar o braço do inimigo.

A greve de fome dura serve para informar o adversário que se está oferecendo a vida para buscar que este retroceda em seu trato despótico.

Em resumo: a greve de fome que pode terminar numa tumba, coloca que se oferece a vida em troca do retrocesso do inimigo.

Geralmente o uso deste recurso precisa de uma alta politização dos militantes, os poristas recorrem com muita frequência ao enterro em vida.

(extraído do 'Masas' boliviano n.º 1727 de 25/08/2000)

JORNADA DE ESTUDOS MARXISTA



"Proletários de todos os países, uni-vos"
(Karl Marx)

"A revolução não é possível num só país"
(Friedrich Engels)

"Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária"
(Vladimir Lenin)

"O Partido é o Programa"
(Leon Trotsky)

SETEMBRO - 2000

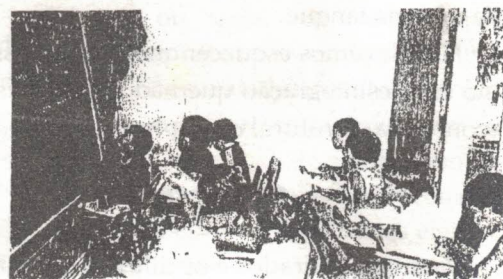
Curso de Formação Política do POR Participe!!!

O que é PDE?

Adquira com o distribuidor deste jornal.

O QUE É O

PDE ?



CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO